

FLORESTAS DE EUCALIPTOS NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL: PROMESSAS E EVIDÊNCIAS

EUCALYPTUS FORESTS AS SCENE AT THE WESTERN BORDER - BRAZIL: PROMISES AND REALITY

Janaína Balk Brandão

Universidade Federal do Pampa – RS – Brasil

José Marcos Froehlich

Universidade Federal de Santa Maria – RS – Brasil

Raquel Breitenbach

Instituto Federal do Rio Grande do Sul – RS – Brasil

Resumo: A busca pelo desenvolvimento faz parte da maioria das discussões que estão na ordem do dia na agenda contemporânea. Contudo, a definição sobre o que é desenvolvimento está longe de um consenso e suscita muitos debates. Neste sentido, este trabalho propõe uma análise crítica ao apoio que muitos setores da sociedade civil e representantes políticos têm dado a 'nova' alternativa de desenvolvimento para a região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, focada na implantação de florestas que servirão de matéria-prima para empresas multinacionais de celulose. Neste contexto, sugere-se que o caminho para a melhoria das oportunidades e da qualidade de vida das pessoas não virá através de receitas prontas de desenvolvimento. De acordo com a perspectiva de desenvolvimento apresentada neste estudo, seria necessário considerar a relevância das características culturais locais, além de criar condições para que as pessoas construam à sua maneira o desenvolvimento, de forma plural, respeitando as particularidades do território e favorecendo o fortalecimento das capacidades humanas. Deste modo, caberia ao Estado e seus representantes, nas diferentes instâncias, fomentar e apoiar iniciativas que garantam a autonomia, a diversificação e a diferenciação dos produtos e serviços oferecidos, além do empoderamento da população. Dessa forma, as pessoas passariam a ser consideradas como agentes do desenvolvimento e não apenas com beneficiários passivos de propostas prontas.

Palavras-chave: desenvolvimento; território; implantação de florestas.

Abstract: The quest for development is part of most discussions that are on the agenda in the contemporaneity. However, the definition of development is far from a consensus and raises many debates. Accordingly, this paper proposes a critical analysis to the support that many sectors of civil society and political representatives have given to the 'new' alternative of development for the west border region of Rio Grande do Sul, focused on the establishment of forests that will serve as raw for multinational companies extract cellulose. In this context, it is suggested that the way to improving opportunities and quality of life will not come through ready revenue for development. According to the perspective of development presented in this study, would be necessary to consider the relevance of cultural characteristics and also create conditions for people to build their way the development, in plural form and respecting the particularities of the territory. Thus, it would be the state and its representatives in various bodies, to promote and support initiatives that ensure the independence, diversification and differentiation of the products and services offered, in addition to empowering the population, considering the people as agents of their development and not just with passive beneficiaries of ready proposals.

Keywords: forests deployment; development; territory.

1 O desenvolvimento e suas nuances

A questão relacionada ao desenvolvimento tem ocupado uma parcela significativa de muitos estudos acadêmicos, bem como da agenda de organizações da sociedade e ambientes institucionais. A busca incessante pelo 'desenvolvimento' parece fazer parte da vida dos indivíduos e também do coletivo da sociedade contemporânea. Contudo, estabelecer o que é o desenvolvimento é uma tarefa complexa. Não obstante as inúmeras contribuições de autores que se desdobram na tarefa de definir e redefinir o desenvolvimento, conforme sua época e razão, encontramos o termo desenvolvimento internalizado nas mentes das pessoas, de forma que cada cultura, características sócio-ambientais ou condições de vida, definem padrões totalmente distintos de desenvolvimento.

Considerando a trajetória histórica pela qual o desenvolvimento tem permeado as decisões individuais e político-administrativas, autores como Beltrão (1965) consideram o desenvolvimento não como um processo de mudança social em si, mas como um processo de mudança social por excelência, que tem tamanha magnitude que acabou por transformar a civilização contemporânea em uma época completamente nova da história. Neste sentido, ciências como a própria sociologia teriam surgido da problemática econômica em torno do desenvolvimento, avaliando que as relações que permeiam esta noção historicamente transbordaram para uma análise puramente economicista. Para Beltrão (1965:116) o desenvolvimento pode ser visto como "... um processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento econômico...".

As discussões mais atuais apelam no sentido de rever os conceitos e as propostas de desenvolvimento, principalmente aquelas dependentes de agentes externos. Neste sentido, observamos que a tônica da discussão contemporânea sobre o desenvolvimento¹ busca ir além do desenvolvimentismo². De concreto, se observa a procura pela 'superação' dos dilemas do desenvolvimento (sociais, ambientais, culturais e até mesmo econômicos) através da adoção de adjetivos

¹ Muitos autores têm apontado para a impossibilidade do 'desenvolvimento' resolver suas próprias limitações. Entre estes autores destacamos Crush (1996) que afirma que o foco da discussão no tema do desenvolvimento, perpassa antes de tudo, por uma questão semântica. Considerando que existem inúmeras definições e mesmo assim deparamo-nos com certa fragilidade nos sentidos propostos. Contudo, as dificuldades perpassam este dilema, já que o desenvolvimento raramente atinge seus objetivos, quase nunca conseguindo atingir as conseqüências pretendidas. O autor ainda se questiona o porquê de mesmo assim, ainda persistir-se em alcançá-lo. Para Crush (1996) os discursos encontrados sobre o desenvolvimento muitas vezes são necessários para justificar intervenções reais e com práticas que geram graves conseqüências. Já para Escobar (1996) o desenvolvimento foi e continua a ser em sua maior parte uma aproximação tecnocrática e etnocêntrica, que tratou as pessoas e as culturas como conceitos abstratos, figuras estáticas a serem movidas para cima e para baixo no gráfico do 'progresso'. E que o subdesenvolvimento tornou-se sujeito de tecnologias políticas que buscam extingui-lo da face da terra, mas que terminou, ao invés disso o multiplicando ao infinito.

² Escobar (1996) faz uma análise do discurso desenvolvimentista, ponderando que o discurso pode ser considerado como um processo através do qual a realidade social pode ser a articulação do conhecimento, do poder e do visível, e ao mesmo tempo, o discurso pode ser individualizado e relacionado ao avanço dos eventos técnicos, políticos e econômicos.

qualificadores ao termo. Froehlich (1999) considera que a atribuição de adjetivos a noção de desenvolvimento surge da crise originada pela ligação inata existente entre modernidade – dominação da natureza – capitalismo – desenvolvimento e a sua origem no ocidente. Entre estes adjetivos destacamos o desenvolvimento rural, o sustentável, o endógeno, o desenvolvimento de baixo para cima, regional, o local e o territorial.

Com relação ao cenário presente, o que se verifica é uma tentativa de elaborar uma proposta de desenvolvimento mais compositiva, tendo o ecletismo e o pluralismo elementos por excelência (Froehlich, 1999). Neste sentido, esta lógica atribuída na chamada pós-modernidade, não mais seria opositiva (rural x urbano; tradicional x moderno). Na visão pós-moderna mencionada, não se recorreria a um elenco de indicadores pretensamente universais, valorizar-se-ia a diferença, abrindo a possibilidade de apreciar as receitas 'particulares' de desenvolvimento, baseadas nas culturas, nos ambientes naturais, etc.

Portanto, o desenvolvimento passa ter uma conotação que procura ir além do econômico. Estaria envolto em múltiplas dimensões, como a político-institucional, a social, a cultural, a ambiental, além é claro, da econômica.

Neste contexto, salientamos a noção de território³ como uma unidade capaz de propiciar a base necessária para esta proposta de desenvolvimento mais eclética e plural. Para Froehlich (1999) a 'autonomia' postulada em localismos e descentralizações, traria subentendida: a) uma territorialidade autônoma; b) uma gestão autônoma do espaço; c) composta de um produto social que seria, a um só tempo, suporte para a vida em sociedade e um condicionador de projetos humanos; d) um referencial simbólico e afetivo; e) espaço de organização política, e; f) uma arena de lutas e fonte de recursos. Reconhece-se desta forma, o efeito do espaço não apenas como produto das relações sociais, mas também como condicionador dessas relações, o que envolveria não somente os condicionadores da objetividade material do espaço herdado, mas também das imagens e representações espaciais, ou seja, da sua dimensão intersubjetiva.

O território surge como um espaço capaz de romper com uma visão setorial, favorecendo os estudos e os debates sobre o desenvolvimento em regiões rurais. Para Abramovay (2007) esta noção é capaz de evitar a confusão que ainda existe entre crescimento econômico e desenvolvimento. Ressalvando ainda que, a pobreza rural não se refere apenas à insuficiência de renda agropecuária, sendo que se trata de um fenômeno multidimensional. Nesta abordagem, Abramovay

³ A abordagem sobre o território pode ser geográfica, política e até mesmo cultural. Souza (2001) salienta que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Neste sentido, Souza (2001) propõe ainda que o conceito de território seja visto sob o ângulo da autonomia, compondo uma alternativa de desenvolvimento. A autonomia constituiria assim a base do desenvolvimento, este encarado como processo de auto-instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade. Para Souza (2001): "Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território..." (SOUZA, 2001, p. 106). O autor define ainda que "... em qualquer circunstância, o território encerna a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo". (SOUZA, 2001, p. 108).

(2007) afirma que é necessário avaliar as diferentes atividades praticadas pelas famílias rurais, os processos migratórios, as remessas de dinheiro enviadas de quem vai para a cidade, a contribuição na renda dos recursos públicos e as formas informais de manutenção da família. E mais, a abordagem territorial para ABRAMOVAY (2007: 20) "... exige a análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada". Contudo, existem críticas à utilização da noção de território.

Brandão (2007) recrimina o exagero que muitos teóricos vem fazendo com a utilização de fatores intangíveis, imateriais, não mercantis ao afirmarem que o sistema capitalista é cada vez mais informacional. Neste sentido, a autora afirma que a noção de território seria a portadora desta 'desmaterialização' das relações produtivas e sociais. Por outro lado, afirma que somente a partir dos anos 70 é que se estruturou um pensamento alternativo, em que sua concepção teórica e metodológica considerou o território como uma produção social. Analisou os conflitos que se estruturam e as lutas que se travam em torno deste ambiente construído socialmente. Esta investigação inspirada em Marx, acerca da produção e reprodução social do espaço e do ambiente construído, colocou a ênfase na relação entre Estado e capital em sua intervenção sobre o espaço. A autora ressalva que a necessidade da 'territorialização' das intervenções públicas foi tomada como uma panacéia para todos os problemas do desenvolvimento.

Para Brandão (2007) parece existir uma opção por substituir o Estado (que se foi), por uma nova condensação de forças sociais e políticas (abstrata) que passa a ser chamada de território. Passando a ser visto como o grande elemento compensatório, e ao mesmo tempo, regulador autônomo das relações. Ou seja, personifica-se, fetichiza-se o território. A partir dos anos 90 em meio a uma grande prodigalidade de discussões, o território é transformado em sujeito coletivo, difuso, neutro, capaz de tomar decisões, que realiza opções, tem liberdade para construir. Uma visão que Brandão considera equivocada. Contudo, sugere que assuma o território como uma junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos. Em que a concepção teórica e metodológica a ser adotada é a da produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno deste quadro e ambiente construído, em que o debate dos projetos e trajetórias podem ser compatibilizados ou não.

Corroborando com os questionamentos atuais à abordagem territorial, Abramovay (2007) cita que é nítido o fato de que a literatura sobre territórios e desenvolvimento territorial tem dado ênfase nos elementos cognitivos, culturais e de identidade, acabando por escamotear a análise dos conflitos políticos e dos interesses contraditórios que estão em sua base. Porém para Abramovay (2007):

a noção de território abre caminho para um avanço notável no estudo do próprio desenvolvimento, já que convida a que se coloque ênfase na maneira como os diferentes atores – privados, públicos e associativados, relacionam-se no plano local.

Não obstante as limitações apresentadas, é relevante salientar que mesmo que as discussões estejam avançadas do ponto de vista teórico e já existam algumas políticas públicas sinalizando para a importância da dimensão territorial⁴ para o desenvolvimento, observa-se que em muitas regiões o poder público e muitos setores da sociedade ainda fazem opção clara por alternativas de desenvolvimento que enfocam apenas aspectos econômicos. Estas alternativas esgotam qualquer possibilidade de autonomia e empoderamento da população. São estratégias dependentes e subalternas às grandes agroindústrias multinacionais, que trabalham sob uma filosofia puramente especulativa, sem nenhum comprometimento com a população e com a região.

Neste sentido, este trabalho procura contribuir para o aprofundamento do debate acerca da proposta de desenvolvimento alicerçada na implantação de florestas no meio rural para suprimento de matéria prima de empresas multinacionais. O tema é considerado polêmico, perpassa o apoio Estatal⁵ e envolve questões menos tangíveis, relacionadas com o imaginário corrente em um território e capaz de formar um discurso coletivo favorável, que auxilia na legitimação da proposta das empresas de base florestal.

Desta forma, considera-se importante analisar que as premissas necessárias ao desenvolvimento, estariam também pautadas em atributos relacionados à capacidade de escolha do 'melhor caminho' a seguir, seja sob o ponto de vista social ou ambiental. Sen (2000) considera o desenvolvimento como a eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente. Para tanto, Sen (2000) baseia-se particularmente nos papéis e inter-relações entre certas 'liberdades

⁴ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2008) adotar a abordagem territorial como referência para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural se justifica por, ao menos, quatro aspectos: 1-O rural não se resume ao agrícola; 2-Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, o maior peso dos fatores naturais; 3-A escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa; 4-Necessidade de descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais. Desta forma, para o MDA o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento. Mas a abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. Trata-se, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social.

⁵ Diesel et al. (2006) assegura que atualmente as empresas de base florestal têm se mobilizado inclusive no meio político. Neste sentido, tem-se notado o crescimento do incentivo financeiro e fiscal aos empreendimentos, bem como, a criação de linhas de financiamento e desregulação da atividade de silvicultura (através da simplificação das regras do código florestal).

instrumentais cruciais', incluindo oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora.

Sen (2000) afirma ainda que o enfoque das liberdades humanas contrasta com as visões políticas mais restritas que baseiam sua observação na ótica do produto interno bruto, aumento de renda e avanço tecnológico, pois o avanço das liberdades dependem também de outros determinantes como: disposições sociais e econômicas (como saúde e educação); e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). Desta forma, o autor assegura que a liberdade seria essencial para o processo de desenvolvimento por duas razões: a razão avaliatória, pois a avaliação do progresso teria de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumentos das liberdades das pessoas; e a razão de eficácia, já que a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

A visão de desenvolvimento baseada, sobretudo na capacidade geradora de renda e empregos, orientada por multinacionais que chegam à região guiadas por projetos e metas pré-estabelecidas, sem criar possibilidades para que as pessoas tenham autonomia e ingerência sobre o futuro destes empreendimentos (e dos empregos gerados pelos mesmos), e ainda, sem nenhum tipo de comprometimento local, sem respeitar o histórico produtivo e as limitações causadas pelo meio ambiente, certamente não oferecem oportunidades para que as pessoas participem como parte de um processo de desenvolvimento. Neste sentido, é relevante salientar uma ressalva feita por SEN (2000) que considera:

difícil pensar em qualquer processo de desenvolvimento substancial possa prescindir do uso muito amplo de mercados, mas isso não exclui o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado quando eles podem enriquecer – ao invés de empobrecer.

Este 'empobrecer' citado por Sen (2000) poderia, neste trabalho, ser interpretado tanto sob o ponto de vista econômico como também, social e ambiental. Uma vez que as conseqüências da implantação de grandes áreas de uma espécie florestal, caracterizando monocultivos, podem trazer conseqüências futuras inadequadas, visto que os impactos negativos no ecossistema e nas demais cadeias produtivas existentes na região ainda não foram profundamente avaliados. Já o Estado, que vem criando um conjunto de medidas de apoio ao florestamento deveria ser mais cauteloso no tocante as 'escolhas' dos caminhos pelo qual espera obter o desenvolvimento, considerando que esta alternativa proposta não atende muitos pressupostos desejáveis a um processo de desenvolvimento, dos quais destacamos as questões culturais, ambientais e de autonomia e empoderamento.

2 A conjuntura regional e a busca por desenvolvimento

O estado do Rio Grande do Sul possui uma grande diversidade ambiental, cultural, social e econômica. Dentro dessa diversidade, existem duas macrorregiões

denominadas Metade Norte e Metade Sul do estado⁶. Na tentativa de reduzir a 'defasagem' e acelerar o desenvolvimento da Metade Sul, vivencia-se um esforço de representantes públicos e demais setores da sociedade civil para ampliação urgente das oportunidades para a geração de renda. Entretanto, a maioria das propostas vislumbradas está baseada num modelo de desenvolvimento que acredita na força 'poderosa' de transformação dos investimentos milionários de grandes empresas na geração de trabalho e prosperidade.

Como forma de ilustrar este cenário é pertinente ressaltar que entre as deliberações do I Fórum de Integração Regional ocorrido na Fronteira Oeste do RS no município de Alegrete em 2008, promovido por um jornal de circulação local (Expresso Minuano) e que contou com a participação do então presidente da Assembléia Legislativa do RS (Deputado Alceu Moreira), destacou-se como principal perspectiva econômica apontada para a região a possibilidade de investimentos na silvicultura. Para tanto, toma-se com base os investimentos realizados por uma empresa multinacional, que tem adquirido vastas extensões de terra neste e em outros municípios da região. Segundo consta no informe da Assembléia Legislativa do RS outra fonte de diversificação econômica para o município apontada neste Fórum refere-se ao segmento de laticínios, onde também uma multinacional comprou grandes áreas no município e está investindo R\$ 30 milhões na produção de leite e derivados.

Neste contexto, observa-se que o debate em torno das possibilidades de propiciar o 'desenvolvimento' passa pela crença no poder transformador das grandes empresas e da possibilidade de impactos positivos que estes investimentos possam trazer para a região. Seja sob o ponto de vista do dinamismo econômico, da inserção no mercado ou da melhoria da renda e qualidade de vida da comunidade. Presencia-se, desta forma, o fomento a produção florestal por parte de empresas particulares e principalmente pelo Estado, que "(...) passa a ser um ator-chave na viabilização das estratégias de reprodução empresarial do setor de base florestal" (DIESEL et al., 2006).

Contudo, este estímulo à produção florestal, que é resultado basicamente do aumento da capacidade processadora das indústrias, não possui um apoio hegemônico da sociedade. Diesel et al. (2006) salienta que muitos setores da

⁶ Para Moraes (2008) implicitamente esta divisão é usada na discussão pública que aborda as diferenças regionais de renda no estado do Rio Grande do Sul. Este autor utiliza uma linha imaginária que divide as duas metades do estado, sendo que os dezenove municípios incluídos nesta linha vão de Uruguaiana até o município de Imbé. Moraes (2008) assegura que considerando a bipartição Norte versus Sul, a grande desigualdade econômica entre as duas regiões pode ser resumida nos seguintes aspectos: (i) apesar do Norte abranger em torno de 51 % tanto da população como da área do estado, esta região produz 55,81 % do PIB; (ii) a renda per capita do Norte é 21, 2 % superior à da metade Sul (R\$ 10217,19 contra R\$ 8430,39); (iii) o número de municípios no Norte (408) é maior do que na metade Sul (89). Além disto, o padrão de concentração de renda é diferenciado: (iv) o Gini médio dos municípios do Norte é dado por 0,512 contra 0,554 na metade Sul. O maior município em população da metade Norte é Caxias do Sul, com 375118 habitantes, uma renda per capita de R\$ 14359,00 e um índice de Gini de 0,511. O maior município em população da metade Sul é Porto Alegre, com 1383454 habitantes, uma renda per capita de R\$ 7710,00 e um índice de Gini de 0,606. Para o estado do Rio Grande do Sul, a renda per capita é de R\$ 9345,32 e o Gini médio é 0,52. Estes dados para o Brasil são de R\$ 6953,79 e 0,60, respectivamente.

sociedade civil têm se organizado com vistas a impedir que se formem grandes monoculturas de árvores. As críticas existentes transcendem os aspectos econômicos, abrangendo aspectos políticos, sociais e ambientais.

Dentre os locais do estado onde está ocorrendo o fomento à implantação de florestas, a Região Fronteira Oeste merece destaque. Esta região é caracterizada, do ponto de vista agrário, por propriedades de grandes áreas, formadas por estâncias ou fazendas, oriundas dos moldes de distribuição das sesmarias. Para uma melhor caracterização é pertinente salientar um estudo realizado por Kageyama (2006), em que a autora aponta as heterogeneidades do desenvolvimento rural⁷ do Rio Grande do Sul, definindo-as em cinco microrregiões. A Fronteira Oeste situa-se no grupo quatro, tendo como atividades econômicas características, a pecuária e a produção de arroz. O grupo apresenta a máxima área média dos estabelecimentos agropecuários, mínima densidade demográfica, máxima desigualdade de renda, baixo nível de vida e maior proporção de pobres, e "(...) representa o desenvolvimento rural extensivo e atrasado" (KAGEYAMA, 2006).

Cabe ressaltar que, para Kageyama (2006) o desenvolvimento rural deveria combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e sua trajetória principal residiria na diversificação das atividades que geram renda. Esse desenvolvimento teria de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, sendo também um desenvolvimento multissetorial e multifuncional.

Num cenário regional, em que se tem de um lado um rural caracterizado como extensivo e inadequado às demandas sociais e econômicas e, de outro, as propostas de desenvolvimento alicerçadas em grandes agroindústrias multinacionais, buscou-se analisar de forma crítica o que muitos setores da sociedade civil e representantes políticos têm considerado como a 'nova' alternativa de desenvolvimento para a região, focada na implantação de florestas que servirão de matéria-prima para estas empresas. Procurou-se ponderar também, sobre as relações de poder que podem se estabelecer para a sua implantação. Por considerar que o estudo empírico dos atores sociais da sociedade é indispensável para que se possa compreender as disputas existentes num território e, desta forma, avaliar, repensar e até mesmo propor estratégias de desenvolvimento, sob uma reflexão teórica juntamente com uma análise qualitativa de algumas intervenções de representantes da região e do poder público, retiradas de periódicos e documentos de nível local e estadual.

Desta forma, a metodologia aqui proposta utiliza como fonte de dados empíricos o uso da documentação e registros em arquivos, principalmente os

⁷ Para Kageyama (2006) o desenvolvimento rural deveria combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e sua trajetória principal residiria na diversificação das atividades que geram renda. Segundo Kageyama (2006) esse desenvolvimento teria de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, sendo também um desenvolvimento multissetorial e multifuncional.

arquivos disponíveis de forma eletrônica, considerando a tecnologia existente. De forma genérica, estes arquivos auxiliaram na coleta de evidências, permitindo que fossem analisados dados de levantamentos com características socioeconômicas do local, mapas e tabelas com características geográficas do território, etc.

Para Yin (2001) o uso da documentação tem como principal objetivo a busca de indícios que auxiliem na corroboração, valorização ou até mesmo contradição das evidências oriundas de outras fontes. Já Gil (2006) salienta que o uso de fontes de 'papel' muitas vezes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos, que poderiam até evitar perda de tempo com levantamentos de campo. Para Gil (2006) este tipo de fonte possibilita o conhecimento do passado e a investigação dos processos de mudança social e cultural.

3 A proposta de desenvolvimento baseada na produção de eucaliptos para empresas multinacionais: adesões e ambigüidades.

3.1 O fator econômico

Ao longo das três últimas décadas o sistema industrial, incluindo as grandes empresas, passou por transformações amplas, exigindo a reestruturação de suas cadeias produtivas, denotando muitas vezes um caráter integrado 'transfronteiras'. Decorrente dessas novas exigências, algumas funções produtivas das empresas podem ser seletivamente centralizadas e outras delegadas às diferentes regiões dos continentes.

Assim, a globalização fez com que as grandes empresas renovassem seus acervos de recursos fundamentais para sua estratégia e posição competitiva. As organizações passam a buscar novas formas de cooperação internacional baseada em relações cada vez mais mercantilizadas. Neste processo, a grande empresa vai liberando recursos imobilizados e concentrando-se na criação de novos fatores competitivos e na expansão internacional. Dito de outra forma, o desenvolvimento permanente de fatores competitivos exige uma presença industrial globalizada. Contudo, longe de representar qualquer comprometimento com o território onde está se inserindo, essa forma de expansão está associada à busca de ativos adicionais, mesmo que sua função se resuma a evitar que os concorrentes se desenvolvam e se apropriem de vantagens localmente existentes ou construídas, passíveis de exploração em escala global.

Não obstante, do ponto de vista da grande empresa globalizada, o desenvolvimento próprio de capacitações produtivas e econômicas tem que estar relacionado à apropriação de vantagens associadas às suas bases de implantação (FURTADO, 2003). Ou seja, as atividades que uma empresa decide implantar em cada base industrial ou mercado dependem da 'riqueza' e da 'pobreza' desse território. O tipo de envolvimento e/ou investimento feito pelas empresas multinacionais em cada lugar, estaria atrelado ao capital acumulado por esse território ou nele depositado, tanto na forma de capital social quanto

empreendimentos privados, mas em ambos casos, os investimentos acabariam gerando casos extremos (ou muito comprometida com o local onde se instala, ou nada comprometida). Para Furtado (2003), essa postura das grandes empresas acaba originando um processo cumulativo pelo qual territórios desenvolvidos recebem estímulos adicionais para o seu desenvolvimento, enquanto as bases produtivas e mercados menos providos são subtraídos desses recursos incipientes.

A questão da distribuição e dos reflexos econômicos da implantação dessas florestas para produção de matéria prima, citadas brevemente acima, denotam a complexidade da situação. Apesar disso, a discussão aqui proposta perpassa, entre outros fatores não menos importantes, pela questão ambiental.

3.2 O fator ambiental

Assim como as discussões econômicas podem ser inesgotáveis, o debate acerca da questão ambiental no que concerne a produção de eucaliptos não é menos relevante. Neste sentido, não requer maiores elucidações o fato de que a preservação ambiental deve estar na pauta de qualquer projeto de desenvolvimento.

Como forma de elucidar a tônica dessa discussão utilizou-se o estudo realizado por Rovedder e Eltz (2008) que retrata o desenvolvimento do *Pinus elliottii* e do *Eucaliptos tereticornis* consorciado com as plantas de cobertura em solos degradados por arenização,. Os autores demonstraram que o plantio de espécies florestais tem se firmado como uma alternativa para conter processos erosivos, recuperar áreas degradadas e reequilibrar a ciclagem de minerais em solos empobrecidos. Contudo, Rovedder e Eltz (2008) ressaltam apenas a produtividade do eucalipto e do pínus nos diferentes tratamentos utilizados em detrimento da conservação do solo e do ecossistema, sem aprofundar os impactos negativos que podem ocorrer durante o ciclo da cultura e após o corte das madeiras. Por fim, os autores afirmam ainda que “O uso do eucalipto para a contenção da arenização pode ser iniciado sobre o solo já arenizado e em consórcio com plantas de cobertura (...)” (ROVEDDER E ELTZ, 2008). Com relação à perda de água por evaporação, estudos demonstram que os maiores valores de perdas de água, observados nos sistemas de manejo da cultura do eucalipto, em relação à mata nativa e à pastagem plantada, estão relacionados à exposição do solo por ocasião da implantação dos sistemas. Somente depois de um ano de implantação é que esses sistemas formam sub-bosques e, assim, tende a decrescer a perda de água, igualando-se à da mata nativa (Lima, 1993)

Vaz (2008) relata através do depoimento do diretor da escola municipal do Jacaquá, Senhor Benhur Soares Leal, que se localiza na maior área de desertificação do município de Alegrete (chamado comumente de ‘deserto’ Costa Leite), que nas áreas onde houveram a plantações de eucaliptos pela própria população local os efeitos positivos esperados no domínio da erosão eólica não foram alcançados, afirmando ainda que o controle da expansão do areal funcionou apenas onde foram plantadas as árvores, mas teria piorado do outro lado. O

diretor refere-se aos pontos de erosão do lado oposto da pequena floresta de eucaliptos. Para este professor que trabalha há dezoito anos na escola do Jacaquá, o areal nos últimos 10 anos, evoluiu com maior rapidez. Entretanto, mesmo com essas evidências empíricas demonstradas através de um depoimento, uma discussão teórica deve ser feita sobre o tema já que rechaçam a afirmação do morador. Pires (2006) demonstrou através de um estudo comparativo entre sistemas de manejo florestal (eucalipto plantado em nível, na direção do declive e mata mista) que os mesmos não apresentaram variação de potencial de arraste de sedimentos (PAS), o que se deve principalmente à interceptação das gotas de chuva e proteção quanto ao vento pela copa das árvores e à proteção feita pela serrapilheira nos sistemas florestais. O menor valor de PAS verificado no eucalipto em nível, em relação aos outros sistemas florestais, mostra sua boa eficiência quanto à conservação

do solo e proteção à erosão hídrica e eólica.

Alegrete possui processos de arenização de extensas áreas na Fronteira Oeste do RS, que são apontadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA, 2008) como um dos 'passivos ambientais' do Bioma Pampa, considerados graves principalmente pela sua difícil reversibilidade. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2008) estas áreas abrangem 10 municípios, contudo, os areais são chamados de 'desertos de Alegrete'.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2008), assevera que as grandes empresas estrangeiras se instalam no Brasil, especialmente no RS, devido às condições climáticas e o incentivo fiscal e financeiro. Afirmam que o RS vem sofrendo com a degradação ambiental e social devido à monocultura de eucaliptos para fins de energia e celulose, já que os impactos do chamado deserto verde (referindo-se às extensas áreas onde estão sendo plantadas as monoculturas florestais) são secamentos de rios, fontes de água, a devastação dos solos, enquanto que os poucos empregos gerados são para a mão-de-obra especializada nas fábricas.

Numa análise sobre estudo de impacto ambiental (EIA-Rima, 2008) apresentado pelo empreendimento florestal da Stora Enzo em diversas audiências públicas no RS, conclui-se que, sob aspectos socioeconômicos e ambientais, o investimento é viável e poderá contribuir de forma expressiva para o desenvolvimento da região. Porém, o próprio relatório apresenta mais impactos negativos do que positivos. O EIA – Rima, elaborado pela empresa de consultoria Silviconsult, apontou 11 aspectos positivos e 17 negativos. Entre os pontos positivos a Associação Gaúcha de Empresas Florestais destaca a criação de 1606 vagas diretas e 1769 indiretas e o aumento na arrecadação de impostos. Os principais aspectos negativos apontados por este estudo se referem à redução da matriz campestre, considerando a substituição da vegetação natural por plantações florestais, o aumento do trânsito de caminhões, alterações da paisagem e da vazão de água nas microbacias da região.

3.3 O fator social

Não obstante os elementos apresentados anteriormente, os aspectos sociais apresentam muitas questões que devem ser consideradas. O maior empreendimento silvícola prevê a ocupação de 100 mil hectares com plantações florestais de eucalipto em 11 municípios da Fronteira Oeste. Deste total 80% são em áreas próprias da multinacional e apenas 20% prevê o cultivo em parceria com os produtores locais.

Mesmo que existam elementos que evidenciem os paradoxos existentes na proposta de desenvolvimento para a região (alicerçada em grandes agroindústrias), é evidente a predisposição por parte do poder público estadual e regional, bem como dos segmentos da sociedade, em acreditar e apoiar tais empreendimentos⁸. Pode-se visualizar estas questões nos depoimentos registrados na Ata da primeira audiência pública realizada para a apresentação dos estudos de impacto ambiental, convocada pela Fepam. Tais audiências também aconteceram em outros municípios da região, considerando que o zoneamento ambiental é realizado com base nas Bacias Hidrográficas. Segue abaixo alguns fragmentos retirados da Ata mencionada.

(...) **A Sra. L. M., representando o movimento comunitário** afirma que está somando forças em alternativas capazes de gerar empregos e reduzir os bolsões de miséria das cidades, levantando a sua preocupação relativa à disponibilidade hídrica... **O Sr. J. R., representante da Prefeitura Municipal de Unistalda** ressalta as vantagens ambientais e econômicas da implantação de empreendimentos deste tipo na região... **O Sr. J. R. S. representante do sindicato dos trabalhadores de celulose e papelão** prestou um depoimento relativo à aos benefícios da instalação de indústrias deste tipo na região. **A Sr. J. F. da associação comunitária Vila Mena Barreto** salienta a necessidade de geração de empregos e oportunidades e questiona se haverá impacto positivo na questão do aquecimento global. **O Sr. G. M. da Prefeitura Municipal de Manoel Viana** saúda a todos, principalmente a Dr. Ana Pellini e afirma que o impacto positivo já está acontecendo, e neste momento que aprofundamos os conhecimentos relativos à nossa região salienta que nunca nos preocupamos tanto com o meio ambiente...

(...) **O Sr. L. F. do COREDE Sul** afirma que está na defesa da Silvicultura e controle da erosão eólica, pergunta ainda sobre as facilidades que a FEPAM propiciaria já que o Estado não capacidade de ajudar de outra maneira... **O Sr. N. P. representando a Prefeitura Municipal de Rosário do Sul** parabenizou pelo trabalho feito pela consultoria e testemunhou sobre o envolvimento social das empresas com a comunidade, questionou o legislativo estadual presente com relação à infra-estrutura na faixa de fronteira... **O Sr. A. R. da Cooperativa Assisense** reforça a possibilidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas da região através da implantação destes empreendimentos e pediu para que a empresa de papel se instale na região, reforçando a importância destes investimentos e questiona sobre a vinda da fábrica para a nossa região... **Sr. M. M. agricultor de São Francisco de Assis**, salienta que existe espaço para todas as culturas e que o que falta na região são empregos, investimentos e oportunidades e mercado consumidor para os produtos agropecuários, questiona também sobre a questão relativa ao ICMS caso a empresa não se instale no município. **A Sra. D. M. da Comissão Pró Desenvolvimento dos Vereadores da Região** reafirma o compromisso com a geração de trabalho e renda na região, contudo salienta o compromisso com os municípios e com o desenvolvimento social e solicita que a empresa continue voltada para este aspecto. **O Sr. Paulo Gioda da**

⁸ Existem ainda dois temas em ampla discussão na atual conjuntura. Referimo-nos ao zoneamento agrícola e a redução da faixa de fronteira. Contudo, pela complexidade que possuem não serão abordados neste momento.

Prefeitura Municipal de São Francisco reforça que o município já aprovou o Projeto da Storaenso, e afirma que os riscos ambientais são ínfimos, contudo, questiona a exaustão do solo ocasionada por plantios consecutivos de eucalipto. **Sr. É. M.** ressalta o comprometimento das empresas em cumprir as demandas levantadas no estudo, solicitando que sejam relacionados os fatores que serão considerados no controle da erosão....

Fonte: ATA da audiência pública realizada pela FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS. In: Primeira audiência pública da FEPAM referente ao processo administrativo 0636/05.67/06.0, da empresa Derflin Agropecuária Ltda. Clube Caixeral de Alegrete. 12/dezembro de 2008. (grifos nossos)

Como se pode observar, é evidente o apoio e até mesmo o comprometimento de muitos segmentos da sociedade e do poder público com os empreendimentos propostos pelas empresas. A representante da Comissão Pró-Desenvolvimento dos Vereadores da Região, defende essa iniciativa de desenvolvimento, destacando que a mesma "(...) reafirma o compromisso com a geração de trabalho e renda na região, salientando o compromisso com os municípios e com o desenvolvimento social e solicitando que a empresa 'continue' voltada para este aspecto". Observa-se que a Vereadora sugere que a empresa está preocupada com o desenvolvimento social da região, num contra-senso. Neste sentido, surgem muitos questionamentos, como por exemplo: Até que ponto a produção de eucaliptos e a 'vinda' destas empresas pode ser realmente considerado um propulsor do desenvolvimento para estes municípios? E mais, o que leva as pessoas a acreditarem em promessas de empregos e em saídas fáceis e rápidas para o 'atraso' de anos? Como os pouco mais de dois mil empregos propostos poderiam mudar a realidade de um território? Por quanto tempo estes empregos gerados vão estar à disposição da população?

Na região tem exemplos claros de como o fechamento de uma grande empresa pode abalar o território onde se instala. Um desses exemplos foi o caso ocorrido no frigorífico no município de Alegrete. Após a falência deste empreendimento e depois de anos de inatividade, foi assumido por uma empresa multinacional. Hoje o estabelecimento gera em torno de mil empregos diretos no município. Contudo, em períodos em que o preço da carne bovina não está favorável ou há falta de oferta, o estabelecimento cancela suas atividades e desloca seu abate para sua matriz, deixando instantaneamente seus efetivos sem emprego. Destaca-se que a matriz do estabelecimento está em Bagé há dez anos e, no total de suas unidades, emprega na região, mais de dois mil funcionários.

Guimarães (2008) mostra o atrelamento de municípios em um único empreendimento ou setor da economia e assegura que esta dependência é uma característica comum em território brasileiro. A reportagem assevera que isso aumenta o risco de que, 'caso alguma coisa dê errado' (ou seja, caso os empreendimentos não consigam estreitar laços com a comunidade, ampliando o comprometimento das pessoas com o trabalho), o município pode sofrer as conseqüências de forma direta. Guimarães (2008) relata o abalo ocorrido na economia de Rosário do Sul com o fechamento, nos anos 80, do frigorífico Swif Arnour. Para evitar esse tipo de problema, a reportagem sugere a necessidade de diversificação das economias locais. Contudo, o grande desafio citado por

Guimarães (2008) seria saber como diversificar. Para tanto, uma alternativa apresentada refere-se à soma de esforços da sociedade civil, em parceria com o gestor público, para avaliar as potencialidades e guiar a diversificação das economias.

Por conseguinte, existem também exemplos positivos na região com relação ao comprometimento com o território. Entre estes é relevante destacar a cooperativa de arroseiros do município de Alegrete (Cooperativa Agroindustrial Alegrete Ltda), que está com suas portas abertas há cerca de 30 anos e investe seus rendimentos em outros setores, diversificando suas atividades em: supermercados, atacado, veterinária, loja de peças, insumos, loja de pneus, tintas, ferragens, etc. Somente este estabelecimento gera mais de mil empregos e, no período de safra, chega gerar mil e quatrocentos empregos diretos no município. Uma empresa local, que assim como a maior parte dos estabelecimentos comerciais do município, não conta com apoio ou subsídio por parte do governo.

3.4 O fator cultural

Por outro lado, além de serem bastante questionáveis os efeitos socioeconômicos e ambientais que os empreendimentos multinacionais poderiam gerar, é pertinente salientar a discussão do desenvolvimento sob o aspecto cultural. A cultura é compreendida como um conjunto de idéias, conhecimentos, forma de agir, pensar e sentir intrínsecas de um grupo, podendo ser expressa ou não. A principal característica a ser denotada à cultura refere-se ao seu caráter profundo e permanente, o qual geralmente requer um período de tempo relativamente longo para sofrer algum tipo de alteração na maneira como as pessoas interagem em seu sistema social e ambiental. (Srouf, 1998). Desta forma, acredita-se que as especificidades locais relacionadas às questões políticas, estruturais, orientações, normas e procedimentos, refletem em alguma magnitude as orientações culturais do espaço em discussão.

A produção de eucalipto e as transformações geradas na magnitude proposta podem trazer resultados que em nada sintetizam o bioma regional, as atividades agrícolas habitualmente praticadas e as cadeias produtivas historicamente construídas. Tucker (1996) considera a cultura, essencialmente, com as pessoas, com o controle das mesmas sobre os seus destinos, o desenvolvimento é simplesmente um processo global de engenharia social, através do qual economicamente são controladas, dominadas e moldadas as vidas das pessoas. Tucker (1996) afirma que um povo que é despojado de sua identidade já não é capaz de autodeterminação, se torna povo-objeto, cujo futuro e cujo passado são moldados por outros, e cujos projetos, sonhos, valores e significados são oferecidos por outros. Tucker (1996) considera que aos olhos de muitos projetos desenvolvedores, suas sociedades estão estagnadas e fossilizadas, incapazes de se auto-dirigirem.

Seria este então o caso da Fronteira Oeste? Um território incapaz de se auto-dirigir e que só poderá ampliar as atividades econômicas através da entrada

de agroindústrias multinacionais? Por crer que isto não reflete a realidade, inclusive apoiando-se em alternativas que demonstram que é possível gerar empregos sem que a população fique à mercê do capital especulativo internacional, é que se questiona o apoio contundente por parte de representantes da comunidade e do poder público (como fica evidenciado nos depoimentos contidos nos fragmentos da ATA anteriormente demonstrada) a estes empreendimentos.

Deste modo, é relevante realizarmos uma ressalva: uma alteração nesta magnitude defendida pela maior parte dos representantes da sociedade civil não condiz com a realidade. Esta afirmação está alicerçada no fato de que a assimilação/criação dos valores, hábitos e costumes intrínsecos necessários para o sucesso dessa proposta de desenvolvimento podem demorar muito tempo ou até mesmo não surgirem, considerando que o processo assimilatório é mais lento do que o processo de difusão cultural.

Mesmo ponderando que viver em um período de troca cultural, que ignora fronteiras e distâncias, impulsionado pela força da tecnologia da informação, não deve desprezar as características peculiares de cada local. Os contatos e interações possibilitados pela modernidade autorizam inúmeros benefícios em termos de crescimento intelectual e na compreensão dos fenômenos mundiais. Entretanto, para Teixeira et al. (2005) essas interações podem implicar em uma difusão cultural avassaladora, capaz de esmagar as particularidades, caminhando quiçá para uma cultura universal, o que em nada reflete a proposta deste trabalho.

Assim como sugere Tucker (1996) a cultura de um povo pode ser responsável não apenas pela resistência, mas principalmente pelo ponto de partida de onde poderia ser construída outra realidade social múltipla, não apenas contestada ou negociada. Através do fortalecimento de iniciativas locais, poderíamos fortalecer a identidade local, respeitando as diferentes dimensões, com suas realidades e exigências, refletidas na lógica de valores que lhe são comuns, seja sob o ponto de vista da geração e distribuição da riqueza ou das opções produtivas.

Neste sentido, só no município de Alegrete identifica-se uma parcela significativa da população rural que possui características de agricultura familiar, que pode ser produtiva e capaz de propiciar inúmeros postos de trabalho, mas que permanece até hoje marginalizada e empobrecida. Em uma interpretação fundamentada em Escobar (1995), acredita-se que o desenvolvimento pode ser visto não sob o senso comum procurando resolver os problemas universais, mas como um projeto específico histórico-cultural cuja emergência deve ser construída. Algumas possibilidades emergem e contam com pouco ou nenhum apoio do estado. No caso do território em questão, no qual merecem destaque: uma cooperativa formada por agricultoras que tecem lã, a produção de olerícolas, a produção de mel, a fruticultura (estudos têm demonstrado o clima altamente favorável), e a produção de ovinos (possui uma grande demanda reprimida e é extremamente ligada às tradições produtivas do território em questão).

Trompenaars (1994), ao refletir sobre a origem da cultura, afirma que a 'cultura' é a forma por meio da qual um grupo de pessoas resolve seus problemas. E a sua essência não estará necessariamente visível, como determinados grupos de

peças entendem ou interpretam o mundo, ela pode estar implicitamente demonstrada através de um sistema comum de significados, que pode ser um excelente indicativo de como devemos agir, o que devemos valorizar e onde pode encontrar opções para ampliar as capacidades humanas. Neste sentido, o sucesso de uma escolha feita como forma de solucionar problemas coletivos (como, por exemplo, a falta de geração de trabalho e renda), vai depender primeiramente de sua eficácia, avaliada pela sua legitimidade perante o grupo, conforme seus costumes, normas e valores. Para tanto, se a sua eficácia for comprovada e aceita, esta passará a fazer parte do conhecimento acumulado, que socializará a resposta pelos meios institucionais e a incorporará ao comportamento.

Por fim, cabe ressaltar que desde a ótica cultural, ambiental, social ou até mesmo econômica, considera o território como a dimensão capaz de representar as disputas contínuas existentes na sociedade na busca pelo desenvolvimento. Mesmo que constantemente em construção e sob reinterpretações, adotamos que o território reflete uma profundidade histórica, na qual podem estar inseridas as estruturas culturais, sociais e ambientais capazes de fornecer subsídio para o surgimento das verdadeiras propostas de desenvolvimento. Estas propostas estariam ligadas, sobretudo, à capacidade de auto-gestão, à busca do suprimento das necessidades básicas das pessoas e ao imperativo da integração das atividades agrícolas às industriais, de forma responsável e comprometida com o território. Em suma, os fundamentos para a superação dos desafios passariam a existir sobre a harmonia entre a produção e a comercialização, envoltas em uma base ambiental socialmente construída.

4 Evidências da fragilidade de uma proposta de desenvolvimento

Mesmo envoltas no imaginário do poder transformador da realidade que a implantação das florestas de eucalipto poderia trazer para o território em questão, as expectativas com relação ao desenvolvimento ligadas a estes empreendimentos tiveram um rápido declínio na Fronteira Oeste. Quem acreditava na hipótese da 'salvação' territorial através da produção de eucaliptos para estas multinacionais amargou a ascensão e morte desta probabilidade. Num período de tempo relativamente pequeno desde o início da implantação (menos de uma década) presenciou-se um forte declínio no número de empregos gerados pelas empresas prestadoras de serviço e nos investimentos realizados pela empresas de celulose. Ou seja, na primeira crise econômica vivenciada pela empresa multinacional, os reflexos nos postos de trabalho e nos investimentos foram imediatos. A seguir apresenta-se uma nota retirada de um jornal de circulação em nível de estado que ratifica esta afirmação (Jornal Correio do Povo, 21/4/09).

A Stora Enso confirmou a dispensa de 150 dos 400 prestadores de serviço no RS até maio. A readequação deve-se à suspensão do plantio de eucaliptos. A crise financeira que retraiu o consumo de papel motivou o corte de investimentos, comunicou a empresa suecofinlandesa, que também enfrenta dificuldades para a regularização de terras compradas na

zona de fronteira. Dos 46 mil hectares já adquiridos no RS, restaram 1,5 mil para o cultivo a partir deste mês. O diretor da Florestadora Nativa, Itacir Ceron, empresa que presta serviços à Stora Enso, calcula que terá de dispensar 50% dos 206 contratados em Rosário do Sul e Manoel Viana nos próximos 120 dias. Desde outubro, a empresa fechou 547 vagas.

Com base nestas informações e diante da realidade vivenciada, afirma-se que é impraticável confiar em alternativas unilaterais e simplificantes de desenvolvimento. Ou seja, a falta de comprometimento destas empresas com o território faz com que a população fique numa posição vulnerável diante destas alternativas de geração de trabalho e renda. E mais, sem nenhuma ingerência sobre o futuro e as diretrizes de suas vidas. O que não podemos conceber, seja sob a ótica empírica ou teórica, é assumir uma postura conformista diante de uma realidade indesejada, copiando modelos estrangeiros de desenvolvimento, ao contrário de desenvolver modelos intrinsecamente afinados com cada realidade. Como reflexão pondera-se ainda que todas as alterações sociais, políticas, e econômicas (impulsionadas pelo Estado) que estão se processando sentenciam transformações profundas nas pessoas e no ambiente, e que a adoção de modismos deve ser feita com cautela, pois pode deixar marcas indelévels.

Em torno deste cenário e considerando como abordagem teórica relevante, ressaltamos ainda a colaboração de Cowen & Shenton (1996). Os autores afirmam que não deve-se reduzir o debate em torno do desenvolvimento, já que a importância das postulações teóricas dos diversos estudiosos evidencia a forma como o conceito de desenvolvimento foi pensado no decorrer da história, com seus significados e na forma como a evolução de seu conceito pode influenciar as nações/indivíduos modernos. Seja através da insurgência de novas abordagens ou mesmo releituras de abordagens existentes, o fato que permanece para Cowen & Shenton (1996) é descobrir qual o objetivo do desenvolvimento na modernidade, como ele deve ser colocado em prática para não resultar em experiências desastrosas, bem como qual o papel do Estado e dos indivíduos nesse processo. Neste sentido, a reflexão que se propõe refere-se ao cuidado imprescindível que os representantes da sociedade e a própria população deve ter ao nomear alternativas débeis de desenvolvimento, baseadas em capitais externos, que não tem como pressupostos o empoderamento, o desenvolvimento das capacidades e das habilidades dos indivíduos e que, por fim, não são capazes de se sustentar culturalmente, ambientalmente e socialmente.

5 Considerações Finais

Em regiões periféricas do ponto de vista econômico-industrial, como a Metade Sul do estado, onde se encontra a Fronteira Oeste, acredita-se que o caminho para a melhoria das oportunidades e da qualidade de vida das pessoas não virá através de receitas prontas de desenvolvimento. A 'saída' pode estar no que há de diferente no território, nas características que muitos consideram como as que conferem forma ao seu atraso, ou seja, nos aspectos culturais e na

valorização do que lhe é próprio, o seu bioma natural, e sua diversidade produtiva que existe, embora esteja reprimida frente à criação de gado e produção de arroz.

Por fim, em territórios pobres e com anseio por 'desenvolvimento', caberia ao Estado e seus representantes, nas mais diversas instâncias, fomentar e apoiar iniciativas que garantam a autonomia, a diversificação, à diferenciação dos produtos e serviços oferecidos, além do empoderamento da população diante das alternativas propostas. Neste sentido, a produção de *commodities*, como no caso a produção de eucaliptos, não reflete as necessidades existentes e tampouco relaciona-se com a identidade do território abordado.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos Estudos Territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea, 2007.
- BELTRÃO, P. C. *Sociologia do desenvolvimento*. Porto Alegre: Globo, 1965.
- BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea, 2007.
- BRANDÃO, J. B. Ata da audiência pública realizada pela FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS. In: *Primeira audiência pública da FEPAM referente ao processo administrativo 0636/05.67/06.0, da empresa Derflin Agropecuária Ltda*. Clube Caixeral de Alegrete. 12/dezembro de 2008.
- CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- COWEN, M. P. & SHENTON, R. W. *Doctrines of development*. Routledge. Londres, 1996.
- CRUSH, J. *Power of Development*. London/ New York: Routledge, 1996.
- DIESEL, V. et al. Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. In: FROELICH, J. M.; FIALHO, M. A. V. (ed.). *Extensão Rural*. Santa Maria: UFSM, 2006.
- EIA-Rima– Estudo de Impacto Ambiental. *Associação Gaúcha de Empresas Florestais*. Disponível em: <<http://www.ageflor.com.br>> Acesso em: agosto de 2008.
- ESCOBAR, A. *Encountering development*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

_____ In: RAHEMA, M.; BAWTREE, V. (ed.). *The Post-development Reader*. London & New Jersey: Zed Books, 1996.

FEE. Metade Sul vs Metade Norte: Uma Comparação a partir de Dados Municipais do Rio Grande do Sul. In *Fundação de Economia e Estatística*. Disponível em: <www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m23t05.pdf> Acesso em novembro de 2008.

FROELICH, J. M. O 'local' na atribuição de sentido ao Desenvolvimento. In: *Textos CPDA*. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 1999.

FURTADO, J. Cadeias produtivas globalizadas: a emergência de um sistema de produção integrado hierarquicamente no plano internacional. In: FURTADO (Org.) *Globalização das cadeias produtivas do Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003. P. 245.

GUIMARÃES, A. Empresas que mudam cidades. *Zero Hora*, Porto Alegre, 17 agosto, 2008. Caderno Interior, p.6 - 7.

IBAMA *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis*. Disponível em: < <http://www.ibama.gov.br> >. Acesso em: julho 2008.

LIMA, W. de P. *Impactos da cultura do eucalipto*. 2. ed. São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo, 1993.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural no RS. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFGRS, 2006.

MAB Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: agosto de 2008

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/portal>>. Acesso em: agosto 2008.

PIRES, L. S; SILVA, M. L. N; CURTI, N.; LEITE, F. P; BRIT, F. Erosão hídrica pós-plantio em florestas de eucalipto na região centro-leste de Minas Gerais. In: *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v.41, n.4, p.687-695, abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pab/v41n4/29818.pdf>. Acesso em: novembro 2013.

ROVEDDER, A. P. M & ELTZ, F. L. F Desenvolvimento de *Pinus ellioti* e do *Eucalyptus tereticornis* consorciado com plantas de cobertura, em solos degradados por arenização. In: *Ciência Rural*. Vol. 38 nº. 1 Santa Maria, 2008.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, M. J. L. De. O Território: Sobre Espaço E Poder. Autonomia E Desenvolvimento. In Castro, I. E. De; Gomes, P. C. Da C.; Corrêa, R. L. (Orgs.). *Geografia: Conceitos E Temas*. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SROUR, R. H. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TEIXEIRA, G. M. et AL. *Gestão estratégica de pessoas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. TROMPENAARS, F. *Nas Ondas Da Cultura*. São Paulo: Educator, 1994.

VAZ, L. Multinacional pretende implantar florestas de eucalipto em região já ameaçada. *Correio Brasiliense*. Rio Grande do Sul, 07 maio. 2008. Disponível em: <<http://www.correiobrasiliense.com.br/html/aceso>>. Acesso em: agosto 2008.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*/ Trad. Daniel Grassi – 2º Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001. 205p

Submetido em 17/09/2011

Aprovado em 14/03/2014

Sobre as autoras

Janaína Balk Brandão

Agrônoma, Mestre e Doutora em Extensão Rural, Professora da Unipampa Câmpus Itaqui

Endereço: Rua Major João Cezimbra Jaques 1117. Alegrete RS

E-mail: janainabalkbrandao@hotmail.com

José Marcos Froehlich

Engenheiro Agrônomo, Doutor pelo Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural - Campus Camobi. 97900-119 - Santa Maria, RS - Brasil

E-mail: jmarcos.froehlich@gmail.com

Raquel Breitenbach

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Mestre e Doutora em Extensão Rural, Professora do IFRS Câmpus Sertão.

Endereço: Av. Borges de Medeiros, 1979, apto 301, Getúlio Vargas-RS

E-mail: Raquel.breitenbach@sertao.ifrs.edu.br